

# TINHA O LIVRO NO MEIO DO CAMINHO: A MATERIALIDADE DA TEORIA DA LITERATURA

IN THE MIDDLE OF THE ROAD THERE WAS A BOOK:  
THE MATERIALITY OF LITERARY THEORY

*João Cezar de Castro Rocha*

Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ

jccr123@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0001-5053-6768>

## ABSTRACT

The institutionalization of the discipline Theory of Literature in Brazil took place in a context defined by the attempt to establish the field of Humanities within the academic world, made possible after the creation of the University of São Paulo, in 1934. The task was challenging, especially due to the strong tradition of critical and social essayism active in Brazil since the 19th century. The strategy employed in this dispute implied both the valorization of the specialization of academic fields and the privilege of a given materiality, namely, the book form as opposed to the newspaper.

*Keywords:* Materiality, literary theory, university, digital universe

## RESUMO

A institucionalização da disciplina Teoria da Literatura ocorreu num contexto marcado pela tentativa de afirmação das Humanidades no plano acadêmico após a fundação da Universidade de São Paulo, em 1934. A tarefa não era fácil, sobretudo em virtude da tradição forte do ensaísmo crítico e do pensamento social; tradição essa atuante desde o século XIX. A estratégia empregada nessa disputa implicou tanto a valorização da especialização do conhecimento quanto o privilégio de uma materialidade própria: o livro em oposição ao jornal.

*Palavras-chave:* Materialidade, teoria da literatura, universidade, universo digital

### UMA DISCIPLINA E SEU CAMPO

A constituição dos estudos literários como disciplina universitária teve um momento inaugural na reforma da Universidade de Berlim, criada na primeira década do século XIX, reforma essa levada adiante sob a égide da proposta de Wilhelm von Humboldt. Ora, no estabelecimento do binômio ensino e pesquisa, ele respondia sutilmente ao colapso potencial da estrutura da própria ideia de universidade; colapso trazido pela popularização de um poderoso meio de comunicação: a tecnologia dos tipos móveis, ou seja, o texto impresso, especialmente na forma do livro. Nas palavras de Humboldt:

O conceito das instituições científicas superiores (*höhere wissenschaftliche Anstalten*) implica duas tarefas. De um lado, promoção do desenvolvimento da ciência. De outro, produção de conteúdo responsável pela formação intelectual e moral (*geistige und sitliche Bildung*). (Humboldt, 1997: 79)

A primeira tarefa diz respeito à pesquisa; a segunda, ao ensino. Sua combinação assegurou à universidade moderna a possibilidade de um futuro promissor. Afinal, os estudantes pela primeira vez tinham franco acesso a textos clássicos, na forma de impressos; em consequência, a autoridade incontestável do professor sofreu um forte abalo. A imagem de Longino, da “biblioteca ambulante”, começava a se tornar obsoleta, quase anacrônica. Poucos sentiram o dilema com a intensidade do filósofo da tarefa infinita:

No passado, quando as universidades surgiram, a construção científica do novo mundo em grande parte ainda estava por ser feita. Em geral, havia muito poucos livros; os poucos existentes eram raros e difíceis de conseguir. (...)

Após a invenção dos tipos impressos, o objeto livro se tornou bastante comum. Além disso, a difusão do comércio de livros fez com que a comunicação através da palavra impressa se tornasse mais fácil do que através do contato oral. A partir de então, não há um único campo científico que não tenha estimulado produção abundante de livros. (Fichte, 1999: 23-24)

Abundância que implicava a diminuição progressiva da *auctoritas* do mestre, cujo domínio exclusivo de um *corpus* textual em tese inacessível à maioria dos estudantes assegurava seu prestígio intelectual e, por que não?, poder acadêmico. Agora, o crescimento do *comércio de livros* inviabilizava essa circunstância. Contudo, a introdução da pesquisa como uma das espinhas dorsais da instituição universitária permitiu uma muito bem-vinda renovação do papel do professor. Afinal, enquanto pesquisador, o conhecimento *novo* produzido em sua pesquisa *ainda não se encontrava disponível* em biblioteca alguma!

A introdução dos estudos literários, na Universidade de Berlim, foi obra de August Schlegel, por meio de um curso dedicado à *Literatura Dramática*, ministrado nos anos de 1809-1811. Isto é, um curso de *história da literatura*, disciplina-matriz que somente cresceu no espírito nacionalista de Oitocentos; aliás, perfeitamente contemplado na proposta de Wilhelm von Humboldt:

as instituições científicas apenas se justificam plenamente quando as ações que as definem convergem para o enriquecimento da cultura moral da Nação. (Humboldt, 1997: 79)

Um segundo momento de renovação dos estudos literários tornou-se sistemático, se não originário, certamente institucionalizado em sentido forte, a partir do final da Segunda Guerra Mundial e conheceu um evento fundador na publicação e inédita difusão para

os padrões da época, do icônico manual de René Wellek e Austin Warren, intitulado com uma confiança talvez excessiva, expressa no minimalismo do título: *Theory of Literature*. No prefácio da primeira edição, datada de 1948, os autores reconheceram que “a nomeação deste livro foi mais difícil do que o usual”. Afinal, como se apressaram em esclarecer: “Escrevemos um livro que, tanto quanto sabemos, não possui nenhum paralelo”. (Wellek e Warren, 1974: 7) Claro está, em boa medida, porque a estrutura argumentativa do manual supõe a diferença entre aspectos extrínsecos e intrínsecos do texto literário. Nos aspectos extrínsecos encontramos, e não por casualidade, o domínio próprio à história da literatura. Em relação ao manual de Wellek e Warren, Nabil Araújo publicou recentemente um ensaio de grande importância, *Teoria da literatura e história da crítica: momentos decisivos*. Nesse eco da história literária de Antonio Candido, o momento decisivo por antonomásia da nova disciplina foi a publicação de *Theory of Literature*. Na avaliação de Araújo, “o êxito editorial e acadêmico da *Theory* se deveu ao fato de ela ter conseguido se impor como uma resposta satisfatória a determinada *demanda* ou *questão* no coração dos estudos literários”. (Araújo, 2020: 25)

De igual modo, no espaço acadêmico português, na reconstrução aguda de Ricardo Namora, à qual retornarei algumas vezes nesta reflexão, a publicação em 1967 do manual *Teoria da Literatura*, de Vítor Manuel de Aguiar e Silva, representou um “ano crucial para a teoria da literatura em Portugal”. (Namora, 2011: 53) Tal diferença, tantas vezes vivida como *incomensurabilidade*, no sentido de Thomas Kuhn (1962/1970a),<sup>1</sup> ou *le différend*, na acepção de Jean-François Lyotard (1983), talvez possa ser aceita como a narrativa-matriz de

<sup>1</sup> Mais uma vez, Nabil Araújo acabou de publicar um agudo ensaio sobre o tema, *Além do paradigma (sobre o legado de Thomas Kuhn)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2023.

nossas abordagens. De um lado, a *história*, ou seja, o contingente, de outro, a *teoria*, vale dizer, o universal. Essa tensão foi produzida de forma elegante pelo autor português: “(...) Aguiar e Silva descreve um problema inicial para a teoria da literatura – a relação entre texto e contexto – como uma querela entre ‘agnósticos’ e ‘neuróticos textuais’”. (Namora, 2011: 55) Roberto Acízelo de Sousa, um dos mais importantes nomes da área dos estudos literários em língua portuguesa, num livro introdutório, *Teoria da literatura*, retomou essa ideia ao distinguir dois veios dominantes na definição do objeto de estudo da disciplina: *contextualistas* e *textualistas* (Sousa, 2007).

No cenário que norteia este volume, “A teoria da literatura do Brasil”, é praticamente impossível apreciar a contribuição fundamental de Luiz Costa Lima se não se entende sua obra como uma autêntica máquina de guerra contra a abordagem dominante nos estudos literários brasileiros, isto é, a vertente sobretudo uspiana que privilegiou a história da literatura e que tem em 1959 seu *annus mirabilis* com a publicação de *Formação da literatura brasileira (momentos decisivos)*, de Antonio Candido – também analisado de maneira original neste volume pelo Matheus de Brito. Em termos relativos, e especialmente em relação ao campo da história da literatura, 1959 é tão importante quanto os anos de 1949 e 1967, respectivamente, os anos de publicação dos manuais de teoria da literatura de René Wellek e Austin Warren e Vítor Manuel de Aguiar e Silva.

Essa reconstrução agônica, propriamente bélica dos estudos literários, é não só produtiva como factualmente precisa no que se refere às consequências metodológicas de cada abordagem – seja a histórica, seja a teórica. Contudo, essa mesma reconstrução não permite que se descubra um elo inesperado, porém fundamental, entre os métodos rivais.

Penso na materialidade favorecida, pelo menos num primeiro momento, tanto na história quanto na teoria da literatura: a tecno-

logia dos tipos móveis, o texto impresso, especialmente na forma do livro.

Não parece haver dúvida no tocante à história da literatura. O mero exercício filológico definidor da atividade oitocentista, qual seja, a fixação da *lição correta* de um determinado texto, funcionava como autêntico correlato objetivo da fixidez definidora da materialidade do texto impresso: a univocidade pretendida pela interpretação única, definida pela leitura do mestre, completava o quadro. Daí também a impossibilidade de conceber-se o conceito de literatura *oral*, sintagma visto como puro oxímoro, uma vez que toda performance traz consigo a marca estrutural do improvisado e portanto o caráter imprevisível, impossível de ser fixado numa lição definitiva.

(De imediato, anoto que não é sem propósito que as considerações sobre a poética medieval, cuja materialidade envolve o corpo, tenham sido tão importantes para a formulação de certos pressupostos da teoria da literatura nas décadas de 1970 e 1980. O medievalismo como vanguarda – portanto.)

O mesmo fenômeno não é tão claro no campo da teoria da literatura, pois sua deriva universalizante levou à naturalização ou mesmo à desconsideração da materialidade da experiência literária. Em *The Culture of Literacy* (1994), Wlad Godzich descortinou o processo que conduziu à etimologia latina de *littera* – letra – à noção naturalizada da literatura como uma tecnologia do alfabeto, cujo produto, o texto, parecia ter encontrado um suporte por assim dizer “transparente”: o texto impresso. Pouco importa se o objeto livro impresso somente se popularizou no século XVIII, quando formas mais baratas de impressão foram desenvolvidas, e sem as quais, por exemplo, a explosão do gênero romance seria muito pouco provável; pouco importa porque, naturalizado o suporte, pode ser estabelecida uma relação intrínseca entre literatura, letra, tecnologia do alfabeto, texto impresso.

Um único exemplo: a noção-chave de Viktor Shklovsky, *ostranenie*, traduzida como estranhamento ou desfamiliarização, tem um rendimento muito maior num universo textual cujo suporte é marcado pela (potencial) fixidez propiciada pelo impresso. Frederic Jameson, em *The Prison-House of Language*, assinalou a centralidade do conceito de Shklovsky para o estabelecimento da teoria da literatura enquanto disciplina. *Ostranenie* permitiu à nascente disciplina um triplo alcance: 1) tornou possível a definição de seu objeto, a linguagem poética; 2) autorizou a criação de uma hierarquia entre obras, valorizando-se aquelas com maior índice de estranhamento; 3) favoreceu uma maneira nova de vislumbrar a história da literatura, numa espécie de antecipação da *episteme* foucauldiana, pois, no horizonte da desfamiliarização, a história deixa de vez o reino de continuidades e influências para se tornar o domínio de rupturas e descontinuidades (Jameson, 1975).

Nossa reflexão pode ficar ainda mais interessante se trouxermos o contributo de Paul Zumthor ao debate. Para dizê-lo telegraficamente: o conceito de *ostranenie* é tão potente para dar conta do *texto*, especialmente do texto modernista, quanto é precário para dar conta da *obra*. Penso, claro está, na distinção que Paul Zumthor propôs entre *texto* e *obra* em suas análises da poética medieval e da poética oral, cujo suporte é o corpo, a voz, os gestos, em suma, a performance. Ora, se o texto, nas palavras do autor, “é a sequência linguística que constitui a mensagem”, a obra “é aquilo que é poeticamente comunicado, aqui e agora”. (Zumthor, 2005:142) Mensagem constituída, o *texto* convida à interpretação, ou seja, em termos tradicionais, à decodificação do sentido. Pelo contrário, *ágora* do aqui e agora, a *obra* se desdobra na recepção imediata, que, por sua vez, quase sempre impacta, de igual modo imediatamente, na enunciação da obra *em curso*, vale dizer, no instante mesmo da performance.

As pontas começam se atar: os estudos medievais foram decisivos numa deriva de grande importância na teoria da literatura, especialmente a partir da década de 1980: a preocupação com a historicização das práticas discursivas, contextualização das condições de enunciação, exame da materialidade do suporte da mensagem e reconhecimento da pluralidade das circunstâncias de recepção.

Nas décadas de 1980 e 1990, por meio de uma série célebre de colóquios realizados em Dubrovnik, na Iugoslávia, desenvolveu-se o paradigma conhecido como Materialidades da Comunicação, sistematizado em livro homônimo, organizado por Hans Ulrich Gumbrecht e Karl-Ludwig Pfeiffer. O livro, *Materialities of Communication*, publicado em inglês em 1994, consistia numa seleção de textos apresentados na série de colóquios. Em breve, o trabalho, de difícil classificação, de Friedrich Kittler, com seu método de reconstruir sistemas de inscrição em lugar de analisar textos literários abriu um horizonte novo (1990). Wlad Godzich sintetizou o processo com elegância em ensaio de 1988, “As literaturas emergentes e o campo da comparatística”; ensaio no qual a análise de um conto do escritor angolano Manuel Rui, “O relógio”, tem papel de destaque. Nas palavras de Godzich:

É exatamente esse privilégio do texto literário que, hoje em dia, as colocações metodológicas mais promissoras questionam em comum. Por efeito de simplicidade, chamemo-las *análises de discurso*. O objeto é aqui definido de uma maneira totalmente nova (...). (Godzich, 1995: 14)

Se não vejo mal, esse momento dificilmente seria concebível sem a consideração da materialidade do suporte, compreendendo-se aí não apenas os aspectos objetivos, mas também elementos subjetivos. Não se trata apenas de reconstruir as condições materiais do suporte, mas também é preciso considerar sua ressonância nos níveis cog-

nitivo e psíquico. É óbvio que esse tipo de preocupação é hoje em dia ainda mais atual, com a revolução digital – na conclusão tentarei retomar esse fio. Contudo, de imediato, me permita recordar o *Fédon*, de Platão, e o conhecido lamento de que a difusão da escrita, essa técnica do alfabeto, levaria ao declínio da capacidade mnemônica dos indivíduos. É bem isso: a materialidade de um suporte sempre tem repercussões de caráter subjetivo.

Coube a um orientando de Wlad Godzich dar um passo ainda mais radical. Refiro-me a Miguel Tamen, cujo relevante trabalho teórico produz um deslocamento ousado (cito a tradução de Ricardo Namora do livro de Tamen escrito em inglês, *The Matter of Facts: On Invention and Interpretation*):

Se eu estiver certo, então, e apesar de todas as aparências, ao substituírmos a conversa sobre o tato pela conversa sobre a interpretação não estamos a desistir de falar sobre propriedades intrínsecas. A conversa sobre propriedades intrínsecas dos textos é simplesmente substituída por uma conversa (ou um silêncio embaraçoso) sobre as propriedades intrínsecas da interpretação (...). (Tamen *apud* Namora, 2011: 74)

A historicização dos “usos ou de atos de atribuição de valor” inviabilizaria a possibilidade de investir na ideia de qualidades intrínsecas de um determinado tipo de texto, por isso mesmo Tamen escreve textos, sem qualquer adjetivação que sugira traços estáveis ou ahistóricos. De igual sorte, o substantivo *conversa* evoca a ressonância de um gesto de Friedrich Schlegel ao denominar suas reflexões sobre a poesia, *Gespräch über die Poesie*. No caso, uma vez que a interpretação assume o protagonismo da cena, a multiplicidade de sentidos se impõe como o horizonte próprio dos estudos literários. Num caminho próximo, embora enfatizando a materialidade do suporte, José Luís Jobim propôs:

(...) o nosso ‘ramo’ (literatura) é o texto, *não importa o suporte em que ele se apresente* (rolo, livro ou arquivo eletrônico). Isto não significa, entretanto, que parto do princípio que um texto em um banco de dados eletrônico é a mesma coisa que um texto em livro. *Muito menos* significa presumir que as formas de produção e circulação de textos eletrônicos e de papel que sejam as mesmas.<sup>2</sup> (Jobim, 2002: 235)

Se essa brevíssima reconstrução fizer sentido, posso então esboçar uma história outra da emergência da disciplina Teoria da Literatura no Brasil.

(E não se esqueça: tinha o livro no meio do caminho.)

#### IMPRESSO PARA O MUNDO: LIVRO OU JORNAL?

Lanço mão de quatro longas citações; reunidas, compreendem décadas de institucionalização da disciplina Teoria da Literatura.

Miguel Tamen, com sua fina ironia habitual, sintetizou assim o percurso da disciplina em Portugal:

A teoria da literatura passou a existir em Portugal por exclusivos efeitos do decreto-lei de 1957 que introduziu a disciplina epónima nos *curricula* das universidades. Esse foco teve duas consequências: a primeira foi a produção e a tradução de manuais e sínteses que tiveram períodos de influência marcados (o mais notável foi o manual do Prof. Aguiar e Silva). A segunda foi a produção de sínteses de sínteses que afetaram muito o ensino da literatura no ensino secundário. (Tamen *apud* Namora, 2011: 110)

Na “Introdução” à coletânea *Teoria da literatura em suas fontes*, Luiz Costa Lima ofereceu um registro similar. A citação é igual-

<sup>2</sup> Grifo meu.

mente longa, mas vale a pena recuperá-la na íntegra pela abrangência da síntese proposta pelo teórico:

A matéria teoria da literatura passou a fazer parte do currículo mínimo de letras por efeito da Resolução de 19.10.62 do Conselho Federal de Educação. Anteriormente, ela foi ensinada na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto Lafayette, pelo professor Afrânio Coutinho, a partir de 1950. Depois o curso foi ainda oferecido pela Faculdade de Filosofia da Universidade Nacional, a partir de 1953, ensinado pelo professor Augusto Meyer. Nos primeiros anos da década de 60 foi introduzido nos cursos de Letras da USP, tendo à frente o professor Antonio Candido, e da Universidade de Brasília com o professor Hélio Martins. (Lima, 1981: 2)

Em relação à Universidade de São Paulo, o depoimento de Sandra Nitrini deve ser recordado:

A área de Teoria Literária e Literatura Comparada começou a integrar o curso de Letras em 1961. (...) Foi pedida a criação de uma área com o nome de Teoria Geral da Literatura, em 1959, à Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, por iniciativa de Antonio Candido, naquela época assistente de Sociologia. Dois anos depois, ele inaugurou o curso de Teoria da Literatura. Em 1962, Teoria da Literatura passou a chamar-se Teoria Literária e Literatura Comparada (...). (Nitrini, 1994: 473)

Concluo esse colar de citações com as palavras de Vítor Aguiar e Silva:

A criação da disciplina de teoria da literatura nos *curricula* dos cursos de Licenciatura e Filologia das Faculdades de Letras em 1957, assinala o

início de um tempo novo nos estudos literários em Portugal. Um tempo novo com ritmo lento, todavia, porque não havia docentes preparados, não existia bibliografia especializada e a nova disciplina não se amoldava à orgânica jurídico-institucional das Faculdades de Letras (não houve, por exemplo, a possibilidade legal, durante longos anos, de realizar doutoramento em teoria da literatura). (Namora, 2011: 107)

A simples leitura das quatro passagens revela uma diferença marcante no processo histórico da disciplina Teoria da Literatura nos dois países. Enquanto em Portugal o decreto-lei de 1957 aparece como um autêntico *fiat lux* – Miguel Tamen chega a afirmar que tal lei esclareceu “a possibilidade de o Estado poder determinar o conteúdo de discussões intelectuais” (Namora, *ibidem*: 110) – no Brasil, a resolução do Conselho Federal de Educação parece antes dar forma de lei a um processo que já vinha se desdobrando autonomamente. Vítor Aguiar e Silva, por exemplo, recordou as dificuldades do pioneiro na área em Portugal:

A exigência da nova disciplina, na Faculdade de Letras de Coimbra, ficou a cargo, até ao ano escolar de 1961-62, do professor catedrático Doutor Álvaro Júlio da Costa Pimpão, [que], logo na primeira aula, confessou a sua perplexidade quanto ao programa a estabelecer para a nova disciplina e quanto à bibliografia especializada a recomendar. (Silva, 2020: 25)

Depois da indefectível referência à obra de Wolfgang Kayser, *Fundamentos da interpretação e da análise*, de 1948, as recomendações de Costa Pimpão revelavam a diferença que assinalo:

Citou ainda obra de Alceu Amoroso Lima, *A estética literária e crítica* (Rio de Janeiro, Agir, 1954), o livro de Guillermo de Torre, *Problemática de la literatura* (Buenos Aires, Editorial Losada, 1951) e o ensaio de Augusto Meyer (...). (Silva, 2020: 25)

Última parada antes de seguir rumo à Estação Finlândia – no nosso caso, à rancorosa disputa entre a cátedra e o rodapé no cenário brasileiro. Em agudo ensaio comparativo da singularidade do manual *Teoria da literatura* de Vítor Aguiar e Silva, Osvaldo Manuel Silvestre destacou o caráter ainda mais singular de seu processo de composição:

O livro, de certo modo, é engendrado na sala de aula, entre leituras, programas de curso e sumários. O seu primeiro público é o do ‘restrito auditório escolar’, que o livro permitiria chegar para lá do circuito da comunicação em presença. (Silvestre, 2020: 261)

Em outras palavras, na ausência de uma tradição de estudos teóricos, o decreto-lei de 1957 parece mesmo ter tido vocação adâmica.

#### CÁTEDRA E RODAPÉ: CONFLITO À VISTA

Já no Brasil, pelo contrário, muito antes da criação oficial da disciplina não faltavam professores e bibliografia que se desejava especializada. Como entender essa diferença? Proponho uma hipótese articulada em dois pontos.

Em primeiro lugar, uma ausência, que, pelo avesso, engendrou uma potência. Ao contrário da experiência colonial hispano-americana, que contou com a criação de universidades desde o século XVI – 1538, a fundação da Universidade de São Domingos; 1551, no Peru; 1555, no México –, no Brasil não somente a ideia de universidade somente se impôs, nos moldes atuais, no século XX, como também a mera existência de tipografias permaneceu proibida até a vinda da Família Real Portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808.

O resultado dessa ausência, na avaliação de Antonio Candido, foi a transferência para a literatura da tarefa de refletir acerca do país – de seus impasses e de suas possibilidades. Ao mesmo tempo, duas tradi-

ções tornaram-se gêmeas na interpretação do Brasil: a crítica literária e o ensaísmo. Desde 1836, muitas vezes, as tradições se fundem. Pensemos nos ensaios críticos e programáticos da *Revista Nitheroy*, introdutora do Romantismo no país. Não se esqueça da esperança de José de Alencar, em 1874, de ter produzido uma autêntica *comédia brasileira* com sua ficção. Por que não recordar a teoria da obnubilação brasílica, de 1869, do crítico e escritor Araripe Jr.? Ou de uma mais bem-sucedida, não poesia, porém teoria de exportação, a antropofagia oswaldiana? Poderia multiplicar os exemplos, mas o que importa é assinalar a formação de um sólido *corpus* de análise e de interpretação do Brasil muito antes do surgimento da primeira universidade. No ensaio, trata-se de um autêntico *embarras de choix* e é até mesmo difícil selecionar títulos. Ainda antes da Independência, em 1822, José Bonifácio esboçou *Projetos de Brasil*; em 1883, Joaquim Nabuco esmiuçou as mazelas da escravidão em *O abolicionismo*; em 1902, Euclides da Cunha denunciou o crime ocorrido em Canudos, em *Os Sertões*; em 1928, Paulo Prado fotografou o *Retrato do Brasil*; na véspera da fundação da USP, em 1934, em verdade, no ano anterior, em 1933, Caio Prado Jr. inovou na primeira interpretação marxista da *Evolução política do Brasil*; Gilberto Freyre, o primeiro brasileiro com mestrado numa universidade estrangeira na área das Humanidades, lançou *Casa-grande & senzala*; em 1933, quando a primeira turma de Ciências Sociais na USP ainda não havia sequer principiado; Sérgio Buarque de Holanda publicou em 1936 *Raízes do Brasil*.

Interrompo essa avalanche de títulos porque já se entendeu meu ponto. Antonio Candido amarrou os pontos da argumentação dada a virtual inexistência de universidades:

Diferentemente do que sucede em outros países, a literatura tem sido aqui, mais do que a filosofia e as ciências humanas, o fenômeno central da vida do espírito (...). Ante a impossibilidade de formar aqui pesqui-

sadores, técnicos, filósofos, ela preencheu a seu modo a lacuna, criando mitos padrões que serviram para orientar e dar forma ao pensamento. (Candido, 2006: 136, 138)

Daí, em segundo lugar, e me aproximando da conclusão, com a criação da Universidade de São Paulo, em 1934, os futuros cientistas sociais, entre eles, Antonio Candido e Florestan Fernandes enfrentarem um problema de origem na forma de um desafio considerável: como legitimar o emergente discurso universitário ante a sólida e fecunda tradição do ensaísmo, ilustre precursor do pensamento social brasileiro?

A resposta concentrou-se numa atitude, num estilo e num gênero. Atitude cuja metonímia, hoje, é pura diversão: nos primórdios de sua institucionalização, os cientistas sociais usavam imponentes jalecos brancos, como se fossem cientistas às voltas com experimentos empíricos, fórmulas sintéticas e equações matemáticas. Ao seco e direto jaleco branco correspondia um estilo tão distante do ensaio quanto possível. A esse estilo, cabiam dois gêneros: o artigo científico e o tratado. Do ponto de vista didático, o conflito personalizou-se no antagonismo entre Florestan Fernandes e Gilberto Freyre, numa disputa que atravessou décadas e marcou profundamente a cena brasileira.

Nos estudos literários, em geral, e na teoria da literatura em particular, o rito de passagem foi igualmente dramático, especialmente no Rio de Janeiro, em virtude de uma polêmica virulenta, um verdadeiro duelo entre Álvaro Lins e Afrânio Coutinho. Lins foi o último grande crítico impressionista; nas palavras de Mário de Andrade, “o príncipe da crítica literária”, com quem aliás manteve importante correspondência, particularmente esclarecedora do projeto de *Macunaíma*. Lins foi titular do mais importante rodapé da crítica literária pré-universitária, representante máximo da figura do *Kunstrichter*, isto é, o exemplo maior de uma crítica de caráter fundamentalmente

judicativo, voltada prioritariamente para a análise valorativa da produção contemporânea e quase exclusivamente veiculada no jornal.

(Aqui, como vemos, a materialidade do suporte é decisiva.)

Em outras palavras, a maneira mais direta de estabelecer um novo paradigma consistia em polemizar com o “príncipe da crítica”. Afrânio Coutinho não perdeu um minuto sequer. A batalha começou de verdade em 1948, pois de 1942 a 1947, Coutinho residiu nos Estados Unidos. No entanto, desde 1943, o futuro autor de *A tradição afortunada* testou a sorte. Em artigo de 13 de junho de 1943, Coutinho iniciou a campanha, que não teria trégua nos próximos 10 anos: “É a própria instituição do rodapé, que é condenável por todos os aspectos como um dos responsáveis pelo atraso, ou, porque não dizer, pela inexistência da crítica entre nós”. (Coutinho, 1969: 22)

De volta ao Brasil, Afrânio Coutinho assumiu uma coluna no *Diário de Notícias*. Em 1953, reuniu os artigos no livro *Correntes cruzadas*. Vale a pena transcrever mais uma longa passagem, pois Coutinho não é nada sutil na definição minuciosa de seu projeto:

O instrumento dessa reforma de conceitos e métodos de trabalho intelectual terá de ser o ensino superior de letras ministrado nas Faculdades de Filosofia e Letras. Criando melhores professores de letras e investigadores literários, estes, por sua vez, melhorarão o ensino de letras no curso secundário. Daí sairão melhores poetas, melhores romancistas, melhores críticos, melhores pesquisadores e trabalhadores intelectuais. Não serão mais diletantes, autodidatas, os homens de letras. A questão fundamental brasileira é de método. (...). Falecem-nos os “know-how” de tudo, descura-se o aspecto de “craftsmanship”; de artesanato de quanto se faz. (Coutinho, 1953: V)

Thomas More certamente não faria uma descrição tão utópica dos efeitos da crítica universitária! No fundo, Afrânio Coutinho parece

ter lido todo René Wellek para um nada de David Hume; caso contrário, como entender uma crença tão genuína num tipo tão absoluto e encadeado de causalidade?

A polêmica tornou-se cada vez mais virulenta. E poucos tiveram o bom senso e o bom humor de Adolfo Casais Monteiro, à época residindo no Brasil, ao relativizar a fúria de cristão-novo da crítica, e, em breve, da teoria: “[Afrânio Coutinho] esquece até que as suas *Correntes cruzadas*, antes de tomarem a forma de livro, foram – continuam a ser, para proveito geral – uma coluna de jornal” (Monteiro, 1961:1984).

Pronto: tudo está dito: a crítica impressionista estava para o jornal assim como a crítica universitária estava para o livro. Na expressão de Coutinho, se o crítico de rodapé “borboleteia”, o teórico se concentra em seu objeto; se Álvaro Lins analisa o contemporâneo, Afrânio Coutinho busca estabelecer o cânone da literatura brasileira, a fim de desvelar *a tradição afortunada*. Se o crítico de rodapé tem um olhar panorâmico, o teórico será sempre um especialista; de fato, no programa de pós-graduação em Letras da UFRJ, sob direção de Coutinho, cursos panorâmicos eram fortemente desencorajados, somente cursos monográficos atendiam às exigências das novas *regras do método*. Se a crítica impressionista era de extração francesa, com Anatole France como inspiração, a crítica universitária falava inglês com o prazer nada secreto dos iniciados e seu guru era René Wellek. Por isso, Coutinho escreve com inegável *jouissance*, “know-how”, “craftsmanship”.

#### CODA

Hora de concluir.

A universidade moderna, tal como concebida na Alemanha, na primeira década do século XIX, superou o impasse produzido pela difusão inédita do objeto livro impresso a partir do século XVIII, por meio de uma inovação profunda na estrutura da universidade,

ou seja, pela incorporação da pesquisa como componente tão importante quanto o ensino. Desse modo, tornou-se possível lidar com um confronto tão complexo quanto cotidiano: o surgimento de um novo tipo de aluno – nada menos do que isso. Pelo menos essa foi a percepção de um filósofo conhecido pelo rigor de seu trabalho:

(...) os alunos preguiçosos prevalecerão, pois, tanto tendem a descuidar da aprendizagem *oral* quanto da formação *letrada*. De um lado, faltam às aulas, já que o conteúdo das mesmas se encontra nos livros. De outro, negligenciam a leitura porque podem aprender de oitiva. O resultado é que, desconsiderando as poucas exceções, os que seguem esses dois caminhos aprendem sempre de uma forma imprecisa. (Fichte, 1999: 24)

Eis o achado de Wilhelm von Humboldt: a pesquisa, numa perspectiva cínica (ou bem-humorada) é conhecimento em gestação que, por isso, ainda não se encontra disponível nas estantes de biblioteca alguma – nem mesmo na mítica Biblioteca de Babel borgiana. Agora, a biblioteca torna-se funcional: ela esclarece aristotelicamente o estado corrente de uma questão qualquer, possibilitando o ensino. Ao mesmo tempo, a pesquisa evoca a tarefa infinita da produção de novo conhecimento.

(*Chapeau!* Golpe de mestre.)

Afrânio Coutinho abraçou o objeto livro impresso como verdadeira máquina de guerra contra o jornal: o permanente contra o efêmero; o universal em lugar do contingente; a teoria derrotando a história. Hoje, essa opção deve ser relida à luz do enorme desafio que temos pela frente: nada menos do que a necessidade de repensar radicalmente nosso “know-how” e “craftsmanship”. Tarefa infinita? Na caracterização de Osvaldo Manuel Silvestre, estamos no meio do redemoinho: “na encruzilhada de duas experiências desta revolução bissecular – a do digital e a da globalização – que vêm

ambas colocando desafios drásticos às Humanidades” (Silvestre *apud* Namora 2011: 16).

Definitivamente, hora de encerrar, ou iniciaremos uma nova reflexão.

#### REFERÊNCIAS

- Aguiar e Silva, V. M. (2020). “Memórias para a biografia dum livro”, in Osvaldo Manuel Silvestre e Rita Patrício (orgs.) *Conferências do Cinquentenário da Teoria da Literatura de Vítor Aguiar e Silva*. (pp. 23-30). Minho: Editora da Universidade do Minho.
- Candido, Antonio (2006). “Literatura e Cultura de 1900 a 1945”, in *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul.
- Coutinho, Afrânio (1953). *Correntes cruzadas: questões de literatura*. Rio de Janeiro: A Noite.
- (1969). “A crítica e os rodapés”, in *Crítica & Críticos*. Rio de Janeiro: Simões.
- Araújo, Nabil (2020). *Teoria da literatura e história da crítica: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- (2023). *Além do paradigma (sobre o legado de Thomas Kuhn)*. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Monteiro, Adolfo Casais (1961). “As ‘Correntes cruzadas’ do sr. Afrânio Coutinho”, in *Clareza e mistério da crítica*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.
- Fichte, Johann Gottlieb (1999). *Por uma universidade orgânica: plano dedutivo de uma instituição de ensino superior a ser edificada em Berlim, que esteja estreitamente associada a uma Academia de Ciências*, in João Cezar de Castro Rocha & Johannes Krestchmer (Orgs.). Gerhard Casper & Wilhem von Humboldt. *Um mundo sem Universidades?.* Tradução e introdução de Johannes Krestchmer. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Godzich, Wlad (1994). *The Culture of Literacy*. Cambridge: Harvard University Press.

- (1995). “As literaturas emergentes e o campo da comparatística”, in Wlad Godzich e Luiz Costa Lima (coords.), *Literatura Comparada: Questões e Perspectivas*. Volume I – *Cadernos do Mestrado / Literatura*. Instituto de Letras: EdUERJ.
- Gumbrecht, Hans Ulrich & Pfeiffer, Karl-Ludwig (1994). *Materialities of Communication*. Stanford: Stanford University Press.
- Humboldt, Wilhelm von (1997). “Sobre a organização interna e externa das Instituições Científicas em Berlim”, in João Cezar de Castro Rocha e Johannes Kretschmer (organização e tradução). Gerhard Casper & Wilhelm von Humboldt. *Um mundo sem Universidades?*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Jameson, Frederic (1975). *The Prison-House of Language: A Critical Account of Structuralism and Russian Formalism*. Princeton: Princeton University Press.
- Jobim, José Luís (2002). “A produção textual e a leitura: entre o livro e o computador”, in *Formas da teoria: conceitos, políticas e campos de forças nos estudos literários*. Rio de Janeiro: Caetés.
- Kittler, Friedrich (1990). *Discourse Networks. 1800 / 1900*. Stanford: Stanford University Press.
- Kuhn, Thomas (1970a). *The Structure of Scientific Revolutions*, Chicago: University of Chicago Press [1962].
- Lima, Luiz Costa (1981). “O labirinto e a esfinge”, in *Teoria da literatura em suas fontes*. 2 vols. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Liotard, Jean-François (1983). *Le différend*. Paris: Éditions de Minuit.
- Namora, Ricardo (2011). *40 anos de teoria da literatura em Portugal*. Coimbra: Almedina.
- Nitrini, Sandra (1994). “Teoria da literatura e literatura comparada”, *Estudos Avançados*, 8 (22).
- Silvestre, Osvaldo (2020). “A teoria da literatura de Vítor Aguiar e Silva e a sala de aula”, in Osvaldo Silvestre e Rita Patrício (orgs.) *Conferências*

- do Cinquentenário da Teoria da Literatura de Vítor Aguiar e Silva.* (pp. 23-30). Minho: Editora da Universidade do Minho.
- Sousa, Roberto Acízelo de (2007). *Teoria da literatura*. 10.<sup>a</sup> edição. São Paulo: Ática.
- Tamen, Miguel (2000). *The Matter of Facts: On Invention and Interpretation*. Stanford – California: Stanford University Press.
- Wellek, René & Warren, Austin (1974). *Theory of literature*. Orlando: Hartcourt.
- Zumthor, Paul (2005). *Escritura e nomadismo: entrevistas e ensaios*, trad. de Jerusa Pires de Carvalho Ferreira e Sonia Queiroz. São Paulo: Ateliê.

